



Sustentabilidade
em Debate

Os desafios da Rio+20

Prof. Ignacy Sachs¹

¹École des Hautes Études en Sciences Sociales - EHESS
(Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais) de Paris

Editado por
Maria Beatriz Maury e Gislaïne Gisconzi

Introdução

*“Desenvolvimento sustentável
não é ciência exata, mas arte”*
Ignacy Sachs

A palestra **Os desafios da Rio+20**, proferida por Ignacy Sachs, foi apresentada no âmbito do fórum “Quartas Sustentáveis”, no dia 8 de setembro de 2011, no Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, Brasil. Às vésperas da Rio+20, a palestra do Prof. professor Sachs precedeu o seminário internacional, também realizado pelo CDS, denominado **Preparando a Rio+20, propondo um mundo mais sustentável**, no qual foram discutidas as implicações do evento que avaliará os acontecimentos ocorridos nos 20 anos que se seguiram à Rio-92. A palestra foi introduzida pelo Diretor do CDS, Prof. Saulo Rodrigues Filho.

A palestra do Prof. Sachs foi transcrita e editada a partir da gravação feita ao vivo. Muitos participantes fizeram perguntas e observações, que foram aqui resumidas e incorporadas pelos editores de *Sustentabilidade em Debate*. A palestra do Prof. Sachs e os temas debatidos foram reunidos e editados em tópicos temáticos, para facilitar a leitura.

Apresentação

Saulo Rodrigues Filho - Boa tarde, boa noite. Sejam bem-vindos. Em nome da direção do Centro de Desenvolvimento Sustentável, tenho hoje o prazer de introduzir uma palestra incomum, já que o Prof. Ignacy Sachs é a referência das referências quando o tema é desenvolvimento e sustentabilidade. Quero agradecer-lhe pela gentileza de ter aceito nosso convite.

O Prof. Sachs é socioeconomista, professor titular da Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais de Paris, onde ele fundou o Centro Internacional de Pesquisas em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Chegou ao Brasil pela primeira

vez como refugiado de guerra. Viajou no último navio a sair de Portugal antes da interdição bélica dos oceanos. Fugitivo judeu de uma Polónia invadida pelos alemães nazistas, viveu com encantamento o amanecer na Baía de Guanabara. Viveu 14 anos no Brasil e retorna constantemente. Ele foi naturalizado francês e brasileiro de coração.

Contribuiu muito para ciência e para civilização, começando pela proposição do conceito de ecodesenvolvimento, que anos depois deu origem a uma das expressões mais recorrentes e debatidas das últimas décadas: desenvolvimento sustentável. Autor de mais de vinte livros sobre desenvolvimento e meio ambiente, o Prof. Sachs trabalhou na organização da primeira conferência da ONU sobre desenvolvimento e meio ambiente, realizada em Estocolmo, Suécia, em 1972, na qual foi criado o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUMA.

Foi conselheiro especial da Rio-92. Aliou à agenda do crescimento os valores da justiça social e do equilíbrio com o meio ambiente. Adepto do planejamento, renovou esta ferramenta, despiando-a do autoritarismo tecnocrático para vesti-la com o diálogo entre as vozes da cidadania mediadas pela harmonização do poder público.

Vinte anos depois, o Prof. Sachs tem agora mais um encontro marcado com a história do desenvolvimento sustentável: em 2012 o Brasil sediará a Cúpula da Terra, o mais importante fórum da ONU sobre agendas, compromissos e diretrizes para reconciliar o desenvolvimento com o meio ambiente. O contexto da Cúpula Rio+20, segundo ele, é bem mais favorável do que o da Rio 1992. Ele vai nos explicar hoje porque pensa dessa forma. Temos um grande prazer em recebê-lo e espero que vocês aproveitem essa rara oportunidade. Muito obrigado!

O Mapa do itinerário

É um prazer voltar aqui e discutir com vocês os problemas que nos aguardam na volta da esquina. 2012 será um ano excepcional não só porque vamos ter a Rio+20, mas porque até lá se espera que a Comissão Estratigráfica Nacional, que funciona em algum lugar na Inglaterra, vá reco-

nhecer, com mais de dois séculos de atraso - antes tarde do que nunca -, que a Revolução Industrial fez com que o mundo entrasse em uma nova era geológica, que está sendo chamado de “Antropoceno. Há pouco tempo (16/5/2011), a revista *The Economist*, de Londres, publicou um artigo que tinha como título *Welcome to the Anthropocene – Bem vindos ao Antropoceno*. Não sei se ele é bem-vindo, ou não, mas, de qualquer maneira, se se fortalece a idéia de que entramos em uma nova era geológica, marcada por uma influência cada vez maior da nossa espécie sobre o que está acontecendo com a nave espacial Terra, os historiadores futuros terão que mudar de costume. Em vez de falar da era antes de Cristo (a. C.) e depois de Cristo (d. C.), valerá falar sobre antes da entrada no Antropoceno e depois da entrada no Antropoceno. Isto é mencionado para enfatizar que estamos entrando em uma época em que a nossa responsabilidade é cada vez maior.

Isso está bem na linha do livro do Hans Jonas sobre o *Princípio da Responsabilidade*, embora não queira dizer que um dia seremos, “mestres da natureza”, como pensava Descartes. Não somos “mestres da natureza” e nunca o seremos! Se dependesse de mim a Conferência de 2012 seria essencialmente uma conferência para definir um itinerário – *road map* – ou seja, colocar na mesa planos nacionais de desenvolvimento que incluam conceitos que até hoje não entraram, na maioria dos casos, no planejamento. Os dois conceitos mais importantes são: a pegada ecológica, pelo lado ambiental, e as oportunidades de geração de trabalho decente, pelo lado social.

Em poucas palavras, essa é a minha proposta para a reunião Rio+20. Se conseguirmos andar nessa direção, o que não me parece impossível, vamos mudar de patamar de atuação. Será factível gerar em vários países do mundo estratégias ambientalmente sustentáveis e com um forte com-

ponente social embutido, porque o mais importante desse debate é não permitir que o ambiental e o social sejam dissociados. Precisamos trabalhar com o tripé: objetivos éticos e sociais, condicionalidades ambientais e viabilidade econômica.

Futuros alternativos

Responsabilidade sim; mestres da natureza, com voluntarismo total, não. Eu me refiro às formulações de um filósofo francês do século XVI, Pascal, que dizia que o homem é um cânhamo pensante. Ou seja, ele sabe se adaptar aos ventos, mas é um ser pensante. Dentro dessa linha, colocaria o seguinte comentário: somos capazes não só de posturas reativas, mas, pelo fato de sermos uma criatura pensante, nos é conferido o privilégio, único entre todas as espécies vivas, de assumir atitudes proativas e pensar futuros alternativos. Entre os autores que trataram dessa capacidade, Anatol Rapaport afirma que somos a única espécie que pode pensar futuros alternativos. Assim, é fácil dar um passo para o planejamento, porque só o ser capaz de imaginar futuros alternativos pode tentar escolher os futuros que melhor lhe convém e pensar sobre o que devo fazer hoje para que a minha trajetória me leve na direção de um futuro determinado, e não de outros.

Aprender a planejar

O meu mestre Kalecki tinha essa belíssima e extremamente breve definição do planejamento: o planejamento é o pensamento por variantes. Então, a primeira observação nas vésperas da Rio+20, é que temos de aprender a planejar. A história do planejamento é um tanto curiosa, pois surge das necessidades de países prósperos engajados em guerras, numa época em que a ferramenta de que dispunha o planejador era o ábaco. Não estou exagerando, pois quando voltei do Brasil à Polônia, em 1954, em todas as lojas os caixas

tinham um ábaco, não havia nem aquelas máquinas mais simples de cálculo. Então, planejávamos com o ábaco, por mais estranho que tenha parecido, mas estamos deixando de planejar na era dos computadores. Esse é um paradoxo que deve ser superado, conquanto que não se pense que o planejamento é um problema de técnica, porque o que tivemos no passado foi predominantemente um planejamento autoritário.

O que precisamos no presente e no futuro é um planejamento democrático, que permita associar quatro tipos de protagonistas: o Estado, a meu ver o estado desenvolvimentista; os empresários; os trabalhadores e a sociedade civil organizada. A partir desses quatro grupos de atores, nós temos que repensar o planejamento e lhe dar a sua forma moderna. Em paralelo, devemos tentar construir um Fundo Internacional de Desenvolvimento Includente e Sustentável.

Há boas razões para voltar a planejar seriamente e, portanto, rever fundamentalmente a ferramenta do planejador. Isso é uma tarefa para a universidade, que deverá fazer um exame crítico e severo, mais científico do que foram as experiências de planejamento no passado, por quais problemas elas passaram, que contradições elas levantaram, e como fazer para não voltar aos problemas anteriores.

Criação de um Fundo Internacional de Desenvolvimento Includente e Sustentável

Esse fundo seria financiado da seguinte maneira: primeiro, cobrando dos países desenvolvidos um antigo compromisso, nunca realizado, de que destinem 1% de seu PIB a um fundo para ajudar o desenvolvimento dos países menos desenvolvidos. A esse 1% eu acrescentaria as seguintes fontes potenciais de financiamento: segundo, uma taxa (que também está sendo discutida há 30

anos e que não foi para frente, o que tem sua razão de ser), a Taxa Tobin, sobre as especulações financeiras, para frear um pouco a amplitude delas. Terceiro, um imposto sobre o carbono. Se nós queremos caminhar de fato para uma economia de baixas emissões de carbono, então nada mais razoável do que impor uma taxa sobre o carbono. Pode ser uma taxa nacional, com um percentual que deverá depois ser recolhido ao fundo internacional. A quarta fonte de financiamento é uma que propus e coloquei em debate e que nunca foi para frente. Seria a proposta de pedágios sobre os oceanos e os ares. Na medida em que os oceanos e os ares constituem um patrimônio comum da humanidade, não há razão para que um avião que atravessasse esses ares ou um navio que navegue por esses mares não pague uma taxa. É um imposto extremamente simples de ser cobrado, porque seria uma sobretaxa sobre as passagens de avião e uma sobretaxa sobre os fretes.

Se houver boa vontade por parte dos países das Nações Unidas de gerar esse fundo, que as doações superem o 1% do PIB, que era o nosso sonho há 40 anos, e cheguem a 2% do PIB mundial. Isso não deve ser impossível.

Planos Nacionais de Desenvolvimento

Associado a esse fundo eu me esforçaria para fazer o necessário para que os planos nacionais, que obviamente em uma primeira aproximação terão muitas contradições, muitos embates, sejam redefinidos e integrados para gerar sinergias positivas.

Há uma série de temas que se abrem, como em uma caixa de Pandora, para o planejador, o técnico e o cientista, a fim de construir um novo paradigma de cooperação internacional, dentro do qual o comércio internacional passa a ser mais seletivo. Não estou advogando pelas autarquias locais. Estou dizendo apenas que temos que ser

mais seletivos, ou seja, fazer melhor uso dos potenciais dos produtos locais. Isso leva a um novo tipo de planejamento que em nível local começa por um inventário “do que dói”. Ou seja, é preciso listar os problemas, por um lado, e listar os potenciais subutilizados, por outro, e descobrir o que pode ser resolvido com a melhor utilização dos potenciais locais e o que precisa ser trazido de fora. Assim, ocorrerá uma melhor utilização dos potenciais locais.

Esse é o meu planejamento em nível local. Depois eu vou combinar esses planos locais entre si e ver o que precisa ser feito em níveis superiores. Acho que nós temos condições para entrar em um novo paradigma de planejamento de desenvolvimento incluyente e sustentável e de cooperação internacional, no qual a cooperação Sul-Sul passa ser um elemento extremamente importante. Insisto sobre isso: é a América Latina que vai conversar com a África e a Ásia, e não só olhar o que está acontecendo com os Estados Unidos e na Europa. Por isso, eu penso que a Conferência Rio+20 representa um enorme desafio.

Homo Ludens x Homo Faber

Temos espaço para avançar no futuro. Se avançamos no nível da produtividade, vale a pena retomar ao modelo do economista holandês Johan Huizinga, no livro *Homo Ludens*, escrito antes da Segunda Guerra Mundial. Ele parte da idéia de que cada um de nós tem duas faces, tal como o Deus Janus: o *Homo Faber*, o homem que trabalha, e o *Homo Ludens*, aquele que brinca. Bom, se eu posso reduzir o tempo de trabalho necessário para produzir o que eu necessito, então vou ter mais tempo para ser o *Homo Ludens*. Essa é uma perspectiva extremamente instigante e que nos leva a propostas como a da *Revolução do Tempo Escolhido*, título do livro de Jacques Delors e de uma série de seus colaboradores.

A título de ilustração, lembro de uma imagem muito interessante, um concurso de pintura na areia molhada pela maré. Nessa sociedade primitiva, eles não precisavam passar o tempo todo trabalhando e podiam se dar ao luxo de escolher aquele desenho que iria desaparecer na próxima maré alta. Ou seja, havia total desinteresse pelo material, em uma economia lúdico-artística. Não lembro em que livro de antropologia li esta descrição, mas ela vale como imagem.

Será que temos que nos concentrar unicamente nas atividades do *Homo Faber*? Ou podemos pensar no longo prazo, aprendendo a moderar o nosso apetite? Respondo com uma pergunta: o quanto basta? Não precisamos ir aos extremos da simplicidade voluntária de Gandhi, que contrapõe os conceitos de necessidade – *need* – ao de cobiça/ganância – *greed*, como concupiscência. Ele dizia: ‘*need, not greed*’ - necessidades e não cobiça/ganância.

Podemos imaginar um futuro no qual o tempo que as sociedades destinam para as atividades do *Homo Faber* se reduz à medida em que cresce a nossa produtividade de trabalho, conquanto o nosso apetite seja auto-controlado, abrindo espaço para o *Homo Ludens*. Esse livro do Huizinga deve ser recolocado nesse debate.

Resumindo: não há razão para pessimismo, para o sentimento de que estamos irremediavelmente condenados a uma catástrofe. Isso não significa que não devamos pensar muito seriamente sobre como mudar de rumo. Desse ponto de vista, a Rio+20 é uma boa ocasião para colocar o problema.

Eficiência energética

Temos propostas para avançar. Devemos levar em conta a nova fase da revolução azul, da revolução verde e dos paradigmas energéticos. De qualquer maneira, não devemos perder a

oportunidade de fazer um debate muito sério sobre energia. Nesse debate há três temas importantes. Primeiro, temos que aprender a consumir moderadamente a energia. Isso nos leva a outros temas, como por exemplo, a organização espacial da economia. O princípio central é que, na medida do possível, não se transporte bens a milhares de quilômetros, quando podemos produzi-las mais perto. Ou seja, a sobriedade no uso das energias fósseis é o primeiro ponto. O segundo ponto é a eficiência energética. Por exemplo, não vamos andar com carros que consomem 20 litros para cada 100 km percorridos, se pudermos andar nos que consomem apenas cinco litros. Terceiro ponto: substituições. Vamos pensar em energias renováveis que estão ao nosso alcance, umas hoje, outras amanhã. Enfim, temos tecnologias e um enorme elenco de soluções a buscar na energia eólica, solar, das marés e na bioenergia. Esse é um tema evidentemente fundamental em uma estratégia de desenvolvimento de longo prazo. Temos que avançar simultaneamente em dois caminhos: aprofundar a revolução verde e a revolução azul.

Revolução Verde e Revolução Azul

Aprofundar a revolução verde significa intensificar a produção de alimentos, Porém, isso não deve ser feito na linha da primeira fase da revolução verde, que era uma revolução aristocrática - ela só funcionava onde se tinha capital para comprar máquinas, ciência para produzir sementes, e água para a irrigação. Essa revolução não atende às necessidades de toda a humanidade. Daí a importância do pensamento do agrônomo indiano Swaminathan, que advoga o que chama de *Evergreen Revolution* - a Revolução Sempre Verde. Todo o pensamento deste eminente agrônomo e atualmente Senador da República está voltado para o pequeno agricultor e as suas pequenas possibi-

lidades. Temos, então, a terceira geração da revolução verde, que utiliza a horticultura intensiva, no modelo das terras pretas do índio, usando um quilograma de carvão vegetal por metro quadrado, para intensificar os processos bióticos que ocorrem no solo. Revolução verde sim, mas redefinida.

Piscicultura: contraponto à pecuária

A revolução azul tem duas direções: uma da produção animal associada à piscicultura - com um futuro enorme pela frente e como contraponto a uma pecuária intensiva e desmatadora. A outra é a de aproveitamento de algas como um elemento possível da solução energética. Acrescentaria, como um elemento extremamente importante, a interface solo-água, na linha daquilo que historicamente se chamou o modelo chinês dos diques e dos açudes, ou seja, da exploração do enorme potencial de piscicultura associada à produção de algas para fins energéticos dentro da água, articulando isso com uma horticultura intensiva ao redor dos açudes. As sobras da matéria vegetal devem ser jogadas na água, porque os peixes selecionados devem ser vegetarianos. Há inúmeras variedades de peixes vegetarianos. Eles recebem as sobras do dique, isso como primeira aproximação.

Poderíamos sofisticar esse modelo, colocando plataformas para criar porcos - é uma atitude muito pouco simpática para com os suínos, porque os obrigaria a viver em recintos muito restritos e fechados, mas em compensação aumentaria a fertilização do açude. Podemos complicar à vontade este modelo, mas o essencial é que saibamos dar a devida importância à produção da proteína animal no meio aquático. O BNDES trabalha com estudos sobre piscicultura no contexto dos projetos energéticos para Amazônia. Esses estudos preveem mais de 100 toneladas de peixes por hectare de açude. É uma boa piscicultura combinada com uma excelente horticultura. Compare-se isso com

o boi pastando em um hectare de floresta desmatada e vamos ver o que vale mais.

Temos outros exemplos amazônicos que viraram tema internacional, as “terras pretas de índio” da Amazônia, altamente férteis, pois os índios colocavam grandes quantidades de carvão vegetal nelas, não como adubo, mas sim como catalisador dos processos bióticos que ocorrem no solo.

Combinemos essa piscicultura com essa horticultura, coloquemos ainda uma arboricultura, como, por exemplo, a do o coco-anão, e veremos o que se pode produzir em meio hectare. Os números que recolhi devem dar para produzir facilmente dentro de um açude de 50x20 metros, ou seja, 1.000m², que pode ser um açude, um igarapé na Amazônia, ou um pedaço do Pantanal Matogrossense, ou mesmo uma parte do litoral do Atlântico protegida por recifes e piscinas naturais.

Posso fazer variações sobre o tema. O importante é que em 1.000m² se possa produzir 10 toneladas de peixe/ano. Isso significa produzir 50 quilos de peixe para 200 pessoas/ano. Naquele dique posso produzir a mesma quantidade de hortaliças para os mesmos 200 habitantes. Posso ter sistemas de produção de alimentos baseados na ‘horti-pisci-arboricultura’ de uso extremamente intensivo do solo e do espelho d’água, o que me permite pensar em um “arquipélago” desses sistemas integrados, por um lado, e voltar ao problema de proteção da floresta tropical, por outro, para não permitir que a floresta seja derrubada para criar bois sob regime de pasto intensivo.

Além disso, mesmo nas áreas em que a cobertura florestal for recomposta é possível pensar no adensamento da floresta com espécies úteis. Essa é uma proposta muito forte, que vem dos estudos do Prof. Kageyama, da ESALQ. Se, por ventura, cresce naturalmente uma castanha-do-

pará em um hectare, tenho que testar empiricamente se posso colocar lá 3, 5 ou 10 castanhas-do-pará no mesmo hectare, sem mexer com o resto da cobertura florestal.

É possível, portanto, adensar a floresta com as espécies que me interessam. Então, esse tipo de 'horti-piscicultura' intensiva, acompanhado do adensamento das florestas, começa a ser uma proposta para o trópico úmido, mas que pode ser transferida para as piscinas naturais no Nordeste, no semiárido e no litoral, e assim por diante. Essas são possibilidades de definição de novas estratégias de aproveitamento dos recursos renováveis em bases sustentáveis, gerando um número razoável de empregos, pois elas são intensivas em empregos.

Podemos tirar disso uma conclusão, não direi definitiva, porque não fizemos isso, mas sim uma reação forte contra as teses catastróficas que aparecem por aqui e acolá. Não estamos muito longe de ter esgotado a nossa capacidade de aproveitar em bases sustentáveis os recursos renováveis do planeta. Dando ênfase aos recursos renováveis, fica claro que, por si só, isso não resolve uma estratégia de desenvolvimento, mas pode constituir um elemento importante.

Fim da era do petróleo – a transição para novas matrizes energéticas.

Outro tema importante que deveríamos levantar nesse momento para preparação da Rio + 20 seria o paradigma energético. O paradigma energético nos leva a várias considerações. Primeiro, pessoalmente não sou um entusiasta da energia nuclear. Por acaso estava na Filadélfia quando aconteceu o acidente de *Three Miles Island*. O acidente não se transformou em um desastre, mas deu um susto muito grande. Depois tivemos Chernobyl e agora tivemos Fukushima. Será que precisamos disso? Eu acho que não. Acho que pode-

mos resolver os nossos problemas energéticos sem dar grande ênfase à energia nuclear.

Ao mesmo tempo, temos que nos preparar para o fim da energia do petróleo. Primeiro, por que é um fim físico, ele está se esgotando; segundo, porque é de nosso interesse eliminar a dependência das energias fósseis. O problema fica um pouco mais complicado, pois dependerá de quanto tempo temos para o aproveitamento da energia do petróleo. Obviamente, o pré-sal brasileiro vai ter de ser aproveitado, porque é muito difícil passar ao lado de um enorme potencial de recursos sem tentar aproveitá-lo. Mas, acho que o pré-sal deve ser aproveitado essencialmente com a criação de um fundo de investimento em estratégias de abandono gradual do petróleo.

Tive esse tipo de discussão no Peru, em 1972, logo depois da Conferência de Estocolmo, pois me coube dirigir uma missão da CEPAL, do ILPES de Santiago do Chile, na Amazônia peruana. Os peruanos pensavam ter descoberto na Amazônia um grande jazida de petróleo. Dissemos a eles: se esse petróleo realmente existe, ele vai durar pouco tempo. Portanto, deve ser aproveitado para gerar recursos para financiar a saída do petróleo e na criação de alternativas, dentro de um período de 10, 15 a 20 anos.

Essa é minha maneira de pensar sobre o pré-sal. Temos recursos que podem ser aproveitados com as tecnologias de hoje, por mais difícil que seja o projeto, mas vamos discutir o que fazer com essa riqueza. Devemos criar um fundo de saída gradual do petróleo e da energia fóssil. Com apoio nesses recursos, pensamos em uma estratégia de prazo maior.

Aprendizes de feiticeiros e geonautas

Temos que aprender a funcionar como geonautas, usando a expressão de Erik Orsenna, e

não como aprendizes de feiticeros. Lembram do filme *Fantasia*, de Walt Disney, no qual havia um episódio do pobre coitado que luta contra a água, que o submerge de todos os lados? Não devemos nos comportar como aprendizes de feiticeros. Temos elementos em mãos para aprender a função de geonautas. Essa é a mensagem de 2012.

Confesso que não estou muito otimista. Acho que estamos vivendo um momento internacional bastante complexo pelo fato de a Europa não estar à altura dos desafios que a esperam. Não soube gerar a solidariedade que seria necessária com outros países, como a Grécia, que é a vítima clara da situação atual. Os EUA estão com a cabeça muito ocupada pela eleição de 2012.

Portanto, isso gera para os países emergentes a oportunidade de ousar e a condição de ocupar esse vazio e de criar um diálogo realmente profundo. Brasil e Índia podem atuar como as duas locomotivas, as duas alas do bloco dos emergentes. Eu antecipo uma pergunta: e a China? Ela vai ceder à vontade de construir um G2, um acordo sino-americano para distribuir as cartas para os demais? Esse é um cenário possível. A China está se pensando como um “super grande”, não como um grande. Bom, esse seria o cenário negativo. O cenário positivo é que a China se sinta solidária com o bloco dos emergentes.

Não tenho elementos para saber o que está hoje na cabeça dos dirigentes chineses, mas, de um modo geral, acho que o tempo que nos resta até a Rio + 20 é escasso. Deveríamos ir consolidando politicamente o bloco dos emergentes, para que saíamos da conferência com um programa claro de cooperação científica e técnica, por biomas, com maiores recursos internacionais. É bom que caminhemos para um diálogo sobre a floresta tropical úmida com os países que a tem, sobre o semi-árido e África, e assim por diante.

Finalizo: o Brasil não só aparece como anfitrião da Rio + 20, mas recebe a reunião pela segunda vez, depois de 20 anos. É raríssimo que esse tipo de reunião volte ao mesmo país. Considero o Brasil como um “abre-alas” do bloco dos emergentes. Um segundo “abre-alas” é a Índia.

Tive a sorte de ter me diplomado no Brasil e de viver três anos depois na Índia. A gente sente um choque ao chegar à Índia, choque esse maior do que o de viver 14 anos no Brasil. O choque, do ponto de vista científico, foi extremamente saudável, porque ele permite mostrar ao mesmo tempo o que há de bom e o que é diferente. É dessa análise comparativa que podem surgir soluções para uns e para outros. Só não digo que as soluções sejam as mesmas para todos. Eu apenas digo que esse diálogo direto é extremamente importante.

Aproveito para dizer que é também barato: o que custaria ter 100 bolsas/ano para brasileiros irem para as universidades indianas enquanto vocês receberem aqui 100 indianos/ano? Nada, em termos dos recursos de que estamos falando. Agora imaginem isso acontecendo por 10 anos seguidos e vocês vão ter, de cada lado, 1.000 brasileiros que entendem alguma coisa da Índia e 1.000 indianos que entendem alguma coisa do Brasil. Depois nós os colocaríamos em times de dois para trabalharem juntos, vamos dizer primeiro o Nordeste e Kerala e, assim por diante. Eu acho que geraríamos uma riqueza de conhecimento a partir desse estudo comparativo e do diálogo entre cientistas dos dois lados, o que nos levaria a novas propostas de desenvolvimento incluyente e sustentável. Portanto, faço votos de que essa seja uma das conseqüências da Rio + 20.

* * *

Debate

Rio-92 na contramão da história

A Rio-92 aconteceu na contramão da história, quando tudo levava a propor políticas com forte implicação dos Estados. Só que a implosão da União Soviética e uma imensa onda de neoliberalismo dominaram o debate. Obviamente, a maior parte das recomendações não saiu do papel, porque não havia como sair do papel nessa situação política. Desse ponto de vista, estaremos em 2012 numa situação menos desfavorável, porque a crise está aí e o argumento que circulou depois de 1992 e foi tão badalado pela mídia foi o de que os mercados sabem mais. É muito difícil defendê-lo neste momento. O mercado não sabe nada sobre o que vai acontecer, como vai acontecer, e como se proteger do que vai acontecer. Portanto, eu diria que o clima em 2012 é mais propício para propor uma série de políticas públicas para evitar o pior. Porém, como isso vai evoluir politicamente, não tenho elementos para avaliar de antemão.

Otimismo Epistemológico

Há aquela velha piada: o pessimista é um otimista bem informado. Pessimismo e otimismo a respeito do quê? Da nossa capacidade de mudar as nossas posturas com relação a certas informações que nos chegam? Neste caso, eu seria bastante pessimista. Temos muita dificuldade de nos organizar a partir de idéias novas. Todavia, as visões catastróficas e pessimistas do mundo e que desabam sobre as nossas cabeças são exageradas, sobretudo perigosas, porque nos paralisam. Na época que eu vivia em Varsóvia, em um momento difícil, no bloqueio de Berlim, circulava a seguinte piada: o que fazer em caso de um ataque nuclear? A resposta era: sem entrar em pânico, pausada-

mente, vestir uma roupa escura, uma gravata também não gritante e, lentamente, para não criar pânico, dirigir-se ao cemitério mais próximo!

Para haver decrescimento teria que haver uma 'expropriação' dos grandes

A proposta de decrescimento - particularmente a do economista francês Serge Latouche - em um mundo de desigualdades que conhecemos, que propõe estratégias de desigualdades antes de haver reduzido as disparidades sociais, significa condenar a uma situação extremamente difícil aqueles que estão na parte baixa da pirâmide social. Por isso, acho que não podemos tentar fazer um decrescimento sem antes atenuar o problema das disparidades sociais no mundo.

Tampouco podemos pensar que o crescimento material vai continuar de uma maneira indefinida. Temos que fazer uma diferença muito forte entre o crescimento material e o crescimento não-material, tais como serviços sociais, cultura etc. Portanto, quanto mais rapidamente caminharos no sentido da justiça social, mais cedo poderemos encarar o problema do decrescimento material.

Isto mostra quanto a questão ambiental é imbricada com a questão social. Não dá para separá-las. Aqui eu discuto meio ambiente e depois discuto o problema social. Enfim, aceitar a idéia de que, por razões ambientais, transitemos para o decrescimento, significa que aquele que está em cima não vai ganhar mais, mas aquele que está lá embaixo vai morrer de fome mesmo.

Prefiro a definição de sociedades do Ser, com a partilha equitativa do Ter. Uma vez que consiga uma partilha equitativa do ter, eu posso frear o meu crescimento material e abrir espaço para o crescimento imaterial. É o *Homo Ludens* no lugar do *Homo Faber*. Se não assegurarmos a todos um

nível de consumo imaterial razoável, é muito difícil brincar com a proposta de decrescimento, a menos que ela venha fortemente vinculada a uma proposta de expropriação daqueles que têm o excedente. Porém, nos debates sobre o decrescimento, não constatei propostas de expropriação dos ricos. Não dá para discutir o decrescimento dessa maneira.

A Rio + 20: situação favorável devido à crise

É muito difícil saber como a Segunda Cúpula da Terra, a Rio +20, vai funcionar. Qual vai ser o seu resultado dado o contexto internacional. Como já disse, esse contexto internacional é contraditório. Por um lado, há um interesse forte de vários países industrializados em não levar o debate a suas últimas conseqüências, porque eles têm outros temas prioritários nesse momento. Porém, isso significa que há um espaço a ser ocupado e muito vai depender da capacidade política dos países emergentes constituírem nessa conferência um bloco atuante. Seria muito bom que houvesse uma aproximação do Brasil e da Índia sobre certo número de temas e uma clara proposta de cooperação.